

CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS: A TRANSVERSALIDADE EM CONTEÚDOS DIDÁTICOS JUNTO AO ENSINO MÉDIO DE ESCOLA PÚBLICA DO SERTÃO DE PERNAMBUCO

IARA PATRÍCIA FERREIRA DE SOUSA

Graduanda do Curso de Letras da Universidade Estadual de Pernambuco - UPE, profiarapatricia@gmail.com;

1. INTRODUÇÃO

O direito à educação deve ser algo acessível a todos, no entanto precisa ser inclusiva e promover o desenvolvimento humano. A educação visa formar cidadãos e cidadãs que cumpram os papéis de participantes na construção de uma sociedade justa e igualitária, seja ela uma educação formal ou não. Para isso, a Educação Brasileira vem ganhando uma nova “roupagem” no que diz respeito às mudanças do currículo e em como alguns conteúdos vêm sendo alinhados aos ciclos da educação básica.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, contém os conteúdos que tratam dos direitos humanos.

As competências gerais dialogam com os princípios da Educação em Direitos Humanos (EDH) previstas no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que dentre seus objetivos gerais enfatiza “o papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática” (BRASIL, 2007, p. 26).

A princípio foi observada a oferta da disciplina por outros professores e a importância da temática dentro do contexto atual, como: relevância do tema para os adolescentes, uso dos recursos tecnológicos para ampliar o repertório do estudante quanto ao tema, bem como dinamizar e tornar as aulas mais atrativas.

A proposta deste trabalho surgiu do contato com uma disciplina eletiva, Educação em Direitos Humanos e Diversidade: políticas formativas e práticas sociais, que tem como objetivo articular os estudos sobre as políticas e práticas formativas em educação em direitos humanos no Semiárido, no Brasil e na América Latina em paralelo com o campo da educação para a diversidade e para a prática cidadã, oferecida aos estudantes regulares e alunos especiais do Programa de Pós-graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares da Universidade Estadual de Pernambuco.

2. METODOLOGIA

O projeto está na fase inicial e contempla uma disciplina eletiva que compõe a grade curricular do ensino médio que tem como título “Juventude: vamos respeitar?”. Para escolha do tema foi analisado se

não seria algo abordado por outros professores de outras disciplinas, em seguida iniciou-se a pesquisa onde fosse possível perceber a importância do tema para a vida dos discentes bem como a escolha de ferramentas que pudessem tornar a aprendizagem dinâmica e mais atrativa.

A disciplina está sendo vivenciada de forma remota visto que estamos no meio de uma pandemia e a ideia da eletiva é juntar estudantes dos 1º aos 3º anos, o que seria impossível de maneira presencial. Ela está sendo oferecida em formato de oficina a cada quinze dias em horário que contemple os estudantes no formato híbrido (presencial e remoto).

As oficinas estão sendo elaboradas com o uso das ferramentas digitais, tais como: google meet, google classroom, genial.ly, nearpod, canva, power point, dentre outros. Para a parte de conteúdos esta sendo utilizada como base a apostila de Direitos Humanos em Educação (MEC), bem como os documentos oficiais que regem os direitos humanos, alguns livros e materiais extra, como vídeos e documentários disponíveis no youtube.

O presente trabalho, nesse sentido, tece reflexões sobre a importância de se conhecer os direitos humanos em todas as esferas sociais, bem como se perceber enquanto jovens participantes das decisões políticas que envolvem ações necessárias e decisivas para o futuro das gerações.

3. RESULTADOS OU CONCLUSÕES

O trabalho com disciplina eletiva requer pesquisa para entender o que pode ser proposto na sala de aula e que esteja alinhado tanto com o currículo quanto com a proposta de ensino da instituição. O tema de interesse deste trabalho se fundamenta a partir da vivência de situações que ocorrem dentro e fora da escola e portanto se faz necessário diante dessa percepção, buscar criar grupos de conversa onde possa ser aberto um leque de possibilidades de troca de conhecimentos e de experiências.

A partir das leituras e das rodas de conversa impulsionadas pelas atividades, é possível fomentar ideias e conceitos para mudar a realidade do ensino e estimular um olhar diferente para os direitos que temos e que muitas vezes desconhecemos justamente por não ser tratado como prioridade dentro do formato de educação conteudista que a escola precisa dar conta.

Até o presente momento foram vivenciadas duas oficinas que tiveram como objetivo perceber o nível de conhecimento a respeito do assunto sobre direitos humanos. Diante dos comentários e pela participação nas

falas e em mensagens no chat, os estudantes demonstraram bastante interesse sobre o tema e relataram que já aprenderam muito sobre o assunto além de perceberem a importância do mesmo para suas vidas além dos muros da escola.

Palavras-chave: Educação; Direitos Humanos; Juventude; Ferramentas digitais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 set. 2021.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

_____. Plano nacional de educação em direitos humanos. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRAMAOPNEDH.pdf>. Acesso em: 01 set. 2021

FREIRE, P. Direitos Humanos e educação libertadora: Gestão democrática de educação pública na cidade de São Paulo. Org. Ana Maria Araújo Freire e Erasmo Fortes Mendonça. 3ª ed. Rio de Janeiro. São Paulo: Paz e Terra, 2021

LEE, H. O sol é para todos. Tradução Beatriz Horta. 32ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019.

MEC. Direitos humanos em educação. Série cadernos pedagógicos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12331-direitos-humanos-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 02 set. 2021